



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA: A RELEVÂNCIA DE CORRELACIONAR OS DOIS CONHECIMENTOS

Pedro Henrique de Oliveira Tavares ¹

RESUMO

Este artigo se propõe a correlacionar a ciência geográfica, meio ambiente, sociedade e educação ambiental com o objetivo de destacar a importância de trabalhar a educação ambiental aliado ao ensino de geografia para formação dos alunos. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica selecionando autores das áreas da geografia e educação ambiental, tais como (MENDONÇA, 1993), (MOURA; MEIRELES; TEXEIRA, 2015), (DIAS, 1992) e entre outros, além da Política Nacional sobre Educação Ambiental (Lei n. 9.795, de 27 de Abril de 1999) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para embasar a discussão e construir uma revisão histórica de quando despontou a preocupação da geografia para as questões ambientais e de como a educação ambiental surgiu como ferramenta necessária para mudar a lógica presente no planeta. Sendo assim, foi possível concluir que a educação ambiental e o ensino de geografia devem ser trabalhados em conjunto em todas as oportunidades possíveis, pois quando o professor de geografia consegue deixar os dois conhecimentos em sintonia na sala de aula aumentam as possibilidades de contextualizar o meio ambiente e fazer com que os alunos entendam como eles próprios estão inseridos na natureza, e isso torna a aula de geografia algo muito mais enriquecedor para o processo de ensino e aprendizagem. A aliança entre o ensino de geografia e a educação ambiental incentiva a conscientização da diversidade que o planeta possui e possibilita que os alunos tenham real dimensão da importância de um meio ambiente saudável e preservado para si e para os outros. Debater essa relação nas aulas de geografia é imprescindível para que as novas gerações possam compreender a situação em que a terra se encontra, e da responsabilidade de cada indivíduo em adotar práticas sustentáveis no presente para o futuro.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Geografia, Ensino.

¹ Graduado em Geografia Licenciatura na Universidade Federal do Ceará - UFC, pedrotavaresgeo@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo contextualizou a relação entre a ciência geográfica, meio ambiente, sociedade e educação ambiental com o intuito de responder qual a relevância de correlacionar os conhecimentos e conteúdos que dizem respeito a educação ambiental nas aulas de geografia, nesse sentido, a pesquisa se justifica devido ao atual contexto de crise ambiental que a terra se encontra e a importância dessas questões serem debatidas no ambiente escolar.

Com o objetivo de destacar a importância de correlacionar educação ambiental ao ensino de geografia para formação dos alunos, foi realizada uma revisão histórica de quando despontou a preocupação da geografia para as questões ambientais e de como a educação ambiental surgiu como ferramenta necessária para mudar a lógica presente no planeta, dessa forma, foi possível compreender os dois conhecimentos e entender como essa aliança é necessária.

Foram selecionados autores das áreas da geografia e educação ambiental, tais como (MENDONÇA, 1993), (SANTOS, 2008), (MOURA; MEIRELES; TEXEIRA, 2015), (DIAS, 1992) e entre outros, além da Política Nacional sobre Educação Ambiental (Lei n. 9.795, de 27 de Abril de 1999) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para embasar a discussão acerca da relevância de interligar os conteúdos relacionados à educação ambiental na sala de aula de geografia, a fim de que seja compreendido a importância das duas áreas serem trabalhadas em conjunto.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente estudo foi a pesquisa bibliográfica que segundo Lima e Miotto deve seguir a seguinte lógica:

A investigação das soluções também pode envolver a construção de um instrumento que permita pinçar das obras escolhidas os temas, os conceitos, as considerações relevantes para a compreensão do objeto de estudo. A elaboração desse instrumento também obedece a critérios: ele deve estar diretamente relacionado com o objeto de estudo proposto e com a delimitação teórica realizada no projeto de pesquisa; e deve ter a finalidade de proceder a um exame minucioso das obras selecionadas, ocorrendo sua aplicação separadamente em cada obra, sendo que seu preenchimento acontecerá sempre após a referida seqüência de leituras para o levantamento das informações (LIMA; MIOTTO, 2007, p.41 - 42).

Sendo assim, a pesquisa buscou autores das áreas da geografia e educação ambiental, além de leis brasileiras sobre o assunto, para refletir e analisar sobre a relevância de correlacionar as duas áreas de conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não foram todas as ciências que durante o seu desenvolvimento pautaram a preocupação ambientalista, porém, a geografia desde sua gênese leva em consideração a natureza e suas questões para entender o espaço. A relação entre ser humano e meio ambiente há tempos é analisada pela ciência geográfica, seus estudos partiram de uma ideia onde humanidade e natureza não estavam interligadas para uma compreensão de meio natural, formado também pela sociedade.

A geografia é, sem sombra de dúvida, a única ciência que desde sua formação se propôs o estudo da relação entre os homens e o meio natural do planeta - o meio ambiente atualmente em voga é o propalado na perspectiva que engloba o meio natural e social. Observando-se a história da evolução da ciência moderna percebe-se que a geografia é a única ciência moderna de cunho ambientalista lato sensu desde sua origem, sendo que as outras são mais específicas no tratamento da referida temática (MENDONÇA, 1993, p.22-23).

A conexão entre humanidade e meio ambiente, principalmente o poder do homem de modificar a natureza, continuou a ser raciocinado pelos estudos geográficos. O ser humano, cada vez mais, moldou o ambiente a depender do seu interesse, sem levar em consideração a importância da preservação da natureza para inúmeros fatores. Diversas ações de degradação e exploração do meio ambiente e de seus recursos acabaram por desencadear uma crise ambiental.

Nestes aproximadamente duzentos anos de industrialização do planeta, a produtividade de bens materiais e seu deu de forma bastante acelerada. Como esse processo de industrialização desrespeitou a dinâmica dos elementos componentes da natureza, ocorreu uma considerável degradação do meio ambiente. Essa degradação tem comprometido a qualidade de vida da população de várias maneiras, sendo mais perceptível na alteração da qualidade da água e do ar, nos “acidentes” ecológicos ligados ao desmatamento, queimadas, poluição marinha, lacustre, fluvial e morte de inúmeras espécies animais que hoje se encontram em extinção. A degradação do ambiente e, conseqüentemente, a queda da qualidade de vida se acentuam onde o homem se aglomera: nos centros urbanos-industriais. Aqui, os rios, fundos de vales e bairros residenciais periféricos dividem o espaço com a miséria (MENDONÇA, 1993, p.10).

O ser humano havia conseguido dar início a um colapso ambiental no qual a continuidade da vida na terra estava em risco, e as conseqüências já estavam sendo percebidas

na sociedade. Azevedo (1999) aponta que além de ser uma crise ambiental ela também é uma crise dos valores e da ética humana em todas as dimensões, que expõe novos pensamentos, conflitos, possibilidades, soluções e comportamentos com relação a terra.

Um grande reflexo dessa crise poderia – e ainda pode – ser observado nas periferias do Brasil e de outros países rotulados como “em desenvolvimento”, onde, entre outros, a população dividia – e ainda divide – o espaço com toneladas de lixo produzidos diariamente pela sociedade, sem saneamento básico e com insuficiente acompanhamento médico. Como afirma Mendonça (1993) a qualidade de vida ser humano, no final do século XX, demonstra uma queda sem precedentes, fato contraditório, pois é nesse século que a humanidade alcançou os principais progressos do ponto de vista tecnológico e científico em toda sua história.

Dessa forma, foi inevitável reconsiderar o modo de vida da sociedade, uma nova postura precisava ser implantada. “A crise ambiental exige a determinação de uma nova ética de comportamento humano, na qual o interesse coletivo define as formas de organização” (TOZONI-REIS, 2004, p.55).

Baseado nos elevados índices de destruição do meio ambiente, em 1968, a Organização das Nações Unidas (ONU) alertou sobre a necessidade dessas questões serem debatidas a nível global para que soluções fossem encontradas. O documento A Blueprint for Survival (Um Esquema para a Sobrevivência) publicado em 1972 considerava ações para um ambiente sadio (DIAS, 1992). No mesmo ano o Clube de Roma, um grupo de especialistas de áreas diversas fundado em 1968 que estudava política, economia internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, publicou o relatório The Limits of Growth (Os Limites do Crescimento) que denunciava as ameaças da continuidade que uma estrutura global de consumo desenfreado causaria a humanidade.

Ainda em 1972 a ONU realizou em Estocolmo na Suécia a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, evento considerado marco histórico para criação de políticas de gestão ambiental, a conferência também foi responsável por produzir a Declaração sobre Meio Ambiente Humano e determinou o Plano de Ação Mundial com o objetivo de proteção e conservação ambiental. Nesse momento, a educação ambiental foi reconhecida como crucial para o combate à crise climática e conseqüentemente mudança de paradigma global. Rodriguez e Silva (2013) pontuavam que a educação ambiental é um instrumento de importância significativa para adaptação cultural, que seu papel era único na construção de um futuro “verde”, a educação ambiental formaria nas pessoas valores ambientais, ou seja, valores “verdes” que por sua vez são bem diferentes dos tidos como valores da modernidade.



Foi em 1977 na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que a primeira conferência Intergovernamental em Educação Ambiental foi realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em conjunto com o Programa das Nações Unidas.

A Conferência de Tbilisi, como se tornou mais conhecida a “Primeira Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental, celebrada em Tbilisi (de 14 a 26 de outubro 1977, na Geórgia, URSS), organizada pela UNESCO em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiental (PNUMA), constituiu-se no marco mais importante da evolução EA (DIAS, 1992, p.67).

O Rio de Janeiro sediou em 1992 a Conferência da ONU sobre meio ambiente e Desenvolvimento, o evento reuniu 170 países e ficou conhecido como RIO-92. Foi nessa oportunidade que se deu início a Carta da Terra - declaração dos princípios éticos fundamentais para a construção, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica - para Agenda 21 – documento em que diversos países se comprometem a diminuir os problemas socioambientais existentes – e os encaminhamentos para a próxima conferência agendada para o ano de 1997 em Kyoto no Japão.

Segundo a UNESCO (2005) A educação ambiental por ser entendida como um conhecimento bem estabelecido que foca na relação do ser humano com a natureza, as formas de conservá-la, preservá-la e de administrar seus recursos da melhor forma possível. O Brasil, afundado em um contexto de dificuldade econômica e de discursões sem resultado de cunho epistemológico sobre a natureza da educação ambiental, por muito tempo tratou educação ambiental como simples ensino de ecologia (DIAS, 1992), porém, desde 1999 o país possui sua própria política nacional sobre educação ambiental, a lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 determina a incorporação do ensino de educação ambiental no ensino básico e no superior.

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I – educação básica: a. educação infantil; b. ensino fundamental e c. ensino médio; II – educação superior; III – educação especial; IV – educação profissional; V – educação de jovens e adultos. Art. 10º A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal (BRASIL, 1999, p. 1)

Trabalhar as diversas questões relacionadas à educação ambiental é essencial em todas as áreas do conhecimento educacional, contudo, trabalhar o ensino de educação ambiental de

forma crítica atrelada ao ensino de geografia deve ser entendido como fundamental na formação dos discentes. Desta forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) da geografia diz que “a proposta de geografia para estudo das questões ambientais favorece uma visão clara dos problemas de ordem local, regional e global, ajudando a sua compreensão e explicação, fornecendo elementos para a tomada de decisões e permitindo intervenções necessárias” (BRASIL, 1998, p.46).

Nesse sentido, a educação ambiental surge como uma ferramenta fundamental para a inserção das questões ambientais na escola, aliada ao ensino de geografia, pois os educandos, sujeitos em processo de formação não somente intelectual, mas também moral, ético e social são estimulados, pela união dessas duas ciências, a refletirem criticamente sobre seu papel na sociedade e a importância do cuidado com o meio ambiente (MOURA; MEIRELES; TEXEIRA, 2015, p.51).

Essa combinação estimula a busca de conhecimentos e práticas sustentáveis dos educandos em relação ao meio ambiente e sociedade. Segundo Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) a geografia possui teorias, métodos e técnicas que auxiliam a compreensão das questões relacionadas ao meio ambiente por parte dos alunos e professores. Santos (2008) descreve os objetivos que o ensino de geografia aliado a educação ambiental devem alcançar.

Objetivos de conhecimento-aquisição de conhecimentos compreensivos acerca do Meio Ambiente, da problemática ocasionada pela irracionalidade humana, e da necessidade de proteger o Meio Ambiente de que faz parte o homem; Objetivos de atitudesconscientização sobre a necessidade de proteger o Meio Ambiente conforme os valores ecológicos, desenvolvendo uma ética de responsabilidade individual e coletiva para como meio ambiente incluindo o meio social; Objetivos de comportamento- aquisição de destreza e determinação para atuar- individual e coletiva- de maneira que fazendo uso racional dos recursos, se reduzam os problemas presentes e se previna os futuros (SANTOS, 2008, p. 26).

Debater essa relação nas aulas de geografia é imprescindível para que as novas gerações possam compreender a situação em que o planeta se encontra, e da responsabilidade de cada indivíduo em adotar práticas sustentáveis no presente para o futuro. Moura, Meireles e Texeira (2015) defendem que a implantação das práticas de educação ambiental trabalhadas de forma conjunta com os conhecimentos da geografia, proporciona uma renovação dos diálogos no espaço escolar, possibilitando aos discentes pensarem o assunto de forma crítica para dessa forma transformarem a realidade com consciência dos fenômenos e das formar de intervir nos problemas socioambientais.

A aliança entre o ensino de geografia e a educação ambiental incentiva a conscientização da diversidade que o planeta possui e proporciona que os alunos tenham real dimensão da

importância de um meio ambiente saudável e preservado para si e para os outros. Por fim, a educação ambiental aqui defendida é uma educação crítica e libertária para uma conscientização e mudanças de comportamento dos indivíduos e da coletividade na busca pela transformação da realidade e melhorias futuras (MOURA, et al, 2014). O professor de geografia deve ficar atento a essa questão, pois ele é o responsável por ter esse cuidado na hora de abordar a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência geográfica desde sua gênese se importa com as questões relacionadas ao meio ambiente e sua evolução enquanto área conhecimento há séculos relaciona a natureza e a sociedade e isso conversa com o conceito de uma educação ambiental que trabalha as melhores maneiras que o ser humano deve seguir para conservar, proteger, administrar e respeitar a natureza.

Sendo assim, a educação ambiental e o ensino de geografia devem ser trabalhados em conjunto em todas as oportunidades possíveis, pois quando o professor de geografia consegue deixar os dois conhecimentos em sintonia em suas aulas aumentam as possibilidades de contextualizar o meio ambiente e fazer com que os alunos entendam como eles próprios estão inseridos na natureza, e isso torna a aula de geografia algo muito mais enriquecedor para o processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G.C. Uso de Jornais e Revistas na Perspectiva da Representação Social de Meio Ambiente em Sala de Aula. In: REIGOTA, M. (org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 67- 82.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e da outras providencias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF); 28 abr. 1999. Seção 1, p.1.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia (PCN's)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MENDONÇA, F. A. **Geografia e meio ambiente**. 9ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2020.



MOURA, P. E. F.; MEIRELES, A. J. A.; TEIXEIRA N. F. F.; Ensino de Geografia e educação ambiental: práticas pedagógicas integradas. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 47 - 59, jan. / jun. 2015.

MOURA, P. E. F. *et al.* O educando como sujeito ecológico: práticas de Educação Ambiental no espaço escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DE POÇOS DE CALDAS, 11, 2014, Poços de Caldas. **Anais eletrônicos, Educação Ambiental**, Poços de Caldas (MG): UFMG, 2014.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo e SILVA, Edson Vicente da. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**: problemática, tendências e desafios. Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, 2013.

SANTOS, E. da C. (org.). **Geografia e Educação Ambiental**: reflexões epistemológicas. Manaus-AM: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. _____, E. da C. (org.). **Transversalidade e Áreas Convencionais**. Manaus-AM: Editora Valer, 2008.

TOZONI-REIS, M.F.C. **Educação Ambiental**: natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004, (Col. Educação Contemporânea).

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. – Brasília: UNESCO, 2005. 120p.